



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-  
BRASILEIRA – UNILAB**

**INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS – IHL**

**BACHARELADO EM HUMANIDADES - BHU**

**JOSE LEONARDO DA SILVA DE AQUINO**

**O COMBATE AO RACISMO E A DISCRIMINAÇÃO NA EDUCAÇÃO: POR UMA  
HISTÓRIA CRÍTICA E DE VALORIZAÇÃO DO NEGRO NAS ESCOLAS (CASO  
DE ESCOLAS CAPITÃO ANTÔNIO JOAQUIM E JOÃO ALVES MOREIRA, NO  
DISTRITO DE VAZANTES-ARACOIABA-CE)**

**REDENÇÃO - CE**

**2017**

**JOSE LEONARDO DA SILVA DE AQUINO**

**O COMBATE AO RACISMO E A DISCRIMINAÇÃO NA EDUCAÇÃO: POR UMA HISTÓRIA CRÍTICA E DE VALORIZAÇÃO DO NEGRO NAS ESCOLAS (CASO DE ESCOLAS CAPITÃO ANTÔNIO JOAQUIM E JOÃO ALVES MOREIRA, NO DISTRITO DE VAZANTES-ARACOIABA-CE).**

Projeto de Pesquisa apresentado como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dra. Artemisa Odila Cande Monteiro

**REDENÇÃO-CE**

**2017**

JOSE LEONARDO DA SILVA DE AQUINO

**O COMBATE AO RACISMO E A DISCRIMINAÇÃO NA EDUCAÇÃO: POR UMA HISTÓRIA CRÍTICA E DE VALORIZAÇÃO DO NEGRO NAS ESCOLAS (CASO DE ESCOLAS CAPITÃO ANTÔNIO JOAQUIM E JOÃO ALVES MOREIRA, NO DISTRITO DE VAZANTES-ARACOIABA-CE).**

Projeto de Pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades, para obtenção do título de bacharel em humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira. Orientadora: Professora Dr<sup>a</sup>. Artemisa Odila Cande Monteiro.

Data da aprovação: 12 / 12 / 17 Nota: 10,0

BANCA EXAMINADORA

Artemisa Odila Cande Monteiro

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Artemisa Odila Cande Monteiro

(Orientadora)

Jacqueline da Silva Costa

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Jacqueline da Silva Costa

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

(UNILAB)

Eliane Costa Santos

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eliane Costa Santos

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

(UNILAB)

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
1.1 Problemática .....	5
1.2 Objetivos.....	6
1.2.1 Objetivo geral .....	6
1.2.2 Objetivos específicos.....	6
1.3 Justificativa.....	7
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>9</b>
2.1 O desafio do ensino eurocêntrico nas escolas .....	9
2.2 A Lei 10.639/3: entre o racismo e a democracia racial brasileira .....	10
2.3 O ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas do distrito de Vazantes ...	11
2.4 A implantação da Lei 10.639/3 nas escolas públicas do distrito de Vazantes- Aracoiaba - CE.....	13
<b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>15</b>
3.1 Métodos de pesquisa.....	15
3.2 Técnicas de coleta de dados.....	15
3.2.1 Limitações da pesquisa (desafios encontrados na elaboração da pesquisa) .....	16
<b>4. RESULTADOS ESPERADOS .....</b>	<b>17</b>
<b>5. IMPRESSÕES DA PESQUISA.....</b>	<b>19</b>
<b>6. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS .....</b>	<b>21</b>
<b>7. ANEXOS .....</b>	<b>23</b>

## 1. INTRODUÇÃO

No ensino de História no Brasil, o negro está circunscrito ao período da escravidão; as mães com seus filhos que ocupam os murais escolares são brancas. Os personagens das histórias infantis são brancos; as famílias ou os pequenos grupos que aparecem nas ilustrações ou em filmes didáticos realizando atividades cotidianas como trabalho, lazer, estudos, são brancos; os pais, que em geral pouco aparecem, também são brancos; os artistas ou cientistas estudados ou apreciados são brancos. Esse é o espaço da omissão que não é apenas didática, ele é política, pois está na base dos princípios que organizam as escolhas realizadas. (BRASIL, p. 258, 2006)

No contexto escolar brasileiro, o negro é representado somente como escravo, sem história, valor e sem o conhecimento de seu passado. Não aprendemos que os africanos foram escravizados pelo homem branco. Se durante a trajetória escolar esta pequena reformulação fosse feita no modo de contar a história teria causado um novo olhar em relação ao negro, base fundamental para extinção do racismo construído no passado e ainda fortemente velado no presente. Temos que fazer uma crítica a esta história repassada de maneira totalmente colonizada.

Uma das vitrines para vermos na prática o racismo brasileiro infelizmente é no âmbito escolar. Neste espaço o negro não é protagonista na história que se conta tem destaque de maneira totalmente negativa e de inferioridade, pois as crianças e jovens negros carregam apenas um passado vergonhoso e foram conduzidos a negar-se a si próprio, são vítimas de um contexto histórico montado e tentam se encaixar em uma construção social onde eles não são protagonistas nem valorizados, pois estão em último lugar na hierarquia social brasileira.

A lei 10639/03 sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é uma grande conquista do movimento negro no Brasil, que propõe novas diretrizes para o currículo escolar a inclusão do ensino da história e da cultura do afro brasileira, com o intuito de mostrar a importância dos africanos e afrobrasileiros na construção social do Brasil. Para quebrar com um contexto histórico onde o afro brasileiro sempre foi inferiorizado, estigmatizado e totalmente negligenciado pelo estado brasileiro.

Infelizmente em pleno século XXI os afro-brasileiros são vítimas de preconceito e discriminação pelo simples fato de descendência, reflexos de uma história descontextualizada e eurocêntrica que durante muitos anos foi ensinado nas escolas brasileiras. A lei 10.639/03 vem trazer para educação uma retratação histórica com os africanos que foram tão importantes e determinantes na construção da identidade nacional do povo brasileiro.

A implantação no ensino da história e da cultura afro-brasileira torna-se grande aliada no combate ao racismo à discriminação e o preconceito. Pois, são nas escolas que desde crianças os negros sofrem perseguições por sua cor, seus traços fenóticos e a sua imagem associada a coisas negativas e inferiores sendo sempre retratados apenas como escravos. A partir deste contexto se faz necessário mudar esta realidade colocando o negro como uma figura histórica importante e recontando a sua história de maneira igualitária e protagonista não apenas um escravo que veio da África. Trazer o contexto completo que este povo foi escravizado e que no continente africano eles tinham suas famílias, profissão, cultura, sociedade, etc.

### 1.1 Problemática

Por que mesmo com a implantação da lei n.10.639/03 que garante o ensino da história e da cultura afrodescendente brasileira nas escolas, ainda nos deparamos com total ignorância e preconceito com tudo que diz respeito ao negro e a África?

A partir deste contexto fui buscar nas escolas públicas da rede municipal e estadual no distrito de Vazantes, Aracoiaba – CE, a resposta para meu questionamento. Procurando saber como estava atualmente o ensino da Lei nas escolas e se estavam trabalhando com seus alunos a história e cultura afro-brasileira, pois para mim este assunto só veio surgir na universidade onde pude desconstruir o meu racismo e perceber o quanto a educação é determinante para nossa transformação.

Ir a campo para pesquisar e realizar este projeto foi um grande desafio, pois percebi o quanto o negro brasileiro foi e continua sendo prejudicado em nossa sociedade por falta de uma educação inclusiva e de valorização da nossa diversidade étnica. Decidi trabalhar este problema, pois quantas crianças e jovens são perseguidos e sofrem preconceito na escola pelo simples fato de serem negros desistindo dos estudos ou acabam não tendo um bom desempenho escolar.

Pelo fato que nas escolas essas práticas são muitas vezes consideradas apenas brincadeiras de criança ou adolescentes, não é dada relevância merecida, já que este fato que atinge a autoestima e o desenvolvimento deste aluno que sofre com estas práticas. O racismo acaba sempre se disfarçando e ganhando novas maneiras de perpetuar no meio social e escolar, mas que é necessário se combater com uma educação de reconstrução da identidade negra que foi totalmente dizimada e estigmatizada nos currículos escolares.

## 1.2 Objetivos

### 1.2.1 Objetivo geral:

Investigar que as escolas trabalhem a história e cultura afrobrasileira em seu currículo escolar, para conscientizar os alunos e a sociedade de modo geral a importância desta temática para o fortalecimento e valorização da cultura negra. Para assim combatermos o racismo e o preconceito e o mais importante, fortalecer a identidade étnica dos negros que há tantos séculos sofrem deste abuso e violência.

Assim sendo, este projeto tem como objetivo geral:

Diagnosticar a implantação da lei n.10.639/03 que garante o ensino da história e da cultura afrodescendente brasileira nas escolas: EMCAJ – Escola Municipal Capitão Antônio Joaquim, e EJAM – Escola João Alves Moreira (Estadual) ambas no distrito de Vazantes - Aracoiaba – CE no Maciço de Baturité.

### 1.2.2 Objetivos Específicos:

- Identificar os obstáculos para efetivação da lei 10.639/03 nas escolas.
- Analisar os desafios para implantação da lei no currículo escolar.
- Avaliar a formação dos educadores para trabalhar as disciplinas: história e cultura africana e afro-brasileira.
- Destacar a importância desta temática para combater o racismo nas escolas.

Este projeto de pesquisa tem o objetivo de criticar e analisar o ensino educacional brasileiro, com foco nas escolas públicas da rede municipal e estadual no distrito de Vazantes, Aracoiaba - Ceara. Interessa-me mostrar a importância que a educação tem para eliminar o preconceito e o racismo brasileiro, sendo a escola a chave fundamental e principal formadora de pensamento. Nesta senda, é salutar um ensino criativo e livre de ideologias de colonização e supremacia racial, para que tenhamos uma sociedade igualitária e livre de qualquer ato racista e de discriminação.

Pretendo com este trabalho contribuir para a conscientização dos gestores das escolas públicas do Maciço de Baturité, para incluírem de maneira efetiva no currículo escolar os conteúdos curriculares de história africana e da cultura afro – brasileira, como garante a lei 10.639/03, com vista a promover e fortalecer uma educação antirracista, visando à desconstrução de estereótipos e estigmas associados aos negros e a sua história.

### 1.3 Justificativa

Minha atenção sobre esta temática nasceu de uma angústia que me acompanhou durante toda a minha trajetória acadêmica na universidade e foi intensificada com a disciplina: *RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, GÊNERO E AFRICANIDADES*, ministrada pela professora Dra. Artemisa Odila Candé Monteiro, no qual debatemos estes assuntos e problemas tão incubados em nossa sociedade, pois esta falta de identificação social me incomodava e me incomoda sobremaneira, visto que, a sociedade brasileira precisa reparar os danos sociais, históricos e culturais na qual o negro foi e ainda é vítima de uma ideologia que naturalizou a escravidão, o racismo e o preconceito.

A inclusão da história da cultura afro-brasileira no currículo escolar é de suma importância para a erradicação do racismo e do preconceito sofrido pela comunidade negra no Brasil, principalmente para resgatar e construir uma cultura de valorização, aceitação e de identidade do próprio negro, pois a sua história e etnicidade foram usurpadas pela ideologia eurocêntrica e da construção histórica social do Brasil.

Para Araújo e Morais (2013)

A escola, quando analisa o passado de um povo, tendo por base apenas os preconceitos dos seus algezes, ou quando trabalha de forma acrítica acerca das informações sobre a real formação deste, é o mesmo que silenciar diante do estado de ignorância em que se encontra a maioria dos educandos acerca das diferentes culturas estigmatizadas e consideradas inferiores (p.05).

Então, a partir deste contexto é importante mostrar o outro lado da história aos alunos, pois o que foi repassado está incompleto e submisso, uma borracha foi passada na história dos africanos e de seus descendentes em nosso país, que não conhecem sua origem, essência, cultura, língua, e seu passado antes da escravidão, mas que agora é de suma importância que esta história seja repassada na educação. Pois somente através da educação que conseguiremos reconstruir esta história oculta e reparar este grave dano.

Ainda não se desprende das amarras que o prende a um currículo homogeneizante, eurocêntrico e monocultura que não atende as demandas e aos interesses dos diferentes grupos étnico-raciais e culturais que frequentam os diferentes níveis e modalidades de ensino. (ARAUJO MORAIS, 2013, p.02)

Ou seja, temos uma educação ainda fortemente baseada na ideologia colonial, pois a história que é contada nos livros didáticos escolares é de uma cultura hegemônica e



privilegiada, onde a ideologia colonial é determinante. E as demais culturas são silenciadas e tratadas com inferioridade.

Ações como estas, contribuem para que as crianças e jovens negros sintam - se representados de maneira positiva e igualitária na escola e nas histórias. E que tenham orgulho de seu passado e do povo africano no qual descendem, para que ser negro no Brasil não seja apenas associado à inferioridade, pobreza, marginalidade e escravidão. E tenham orgulho de serem negros. Não mais pardos ou morenos ou moreno claro, mas que tenham orgulho de si afirmarem negros. É preciso se debater para transformar esta realidade como afirma Araújo (2012, p.123)

É preciso transformar os diferentes espaços educativos em ambientes de inclusão; de combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação; de troca de ideias; de respeito à diversidade; de resgate da autoestima; de reconhecimento e valorização da história e identidade das minorias historicamente discriminadas, bem como, da afirmação do caráter pluriétnico e multicultural da nossa sociedade. Caso contrário torna-se difícil que os grupos menos favorecidos tenham chances reais de melhorar as suas condições de vidas.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. O desafio do ensino eurocêntrico nas escolas

A luta por inclusão da diversidade étnica e racial na educação brasileira não é atual, mas um processo bastante antigo em nossa história. O movimento negro está nesta luta desde período de pós – abolição, mas que sempre sofreu com a negligência e descaso em relação a este fato. O movimento negro é o principal articulador das políticas de inclusão e mudança do currículo escolar eurocêntrico brasileiro, que no período de ditadura militar mesmo que limitado permaneceu atuante até os dias de hoje. (ARAÚJO e GIUGLIANI, 2014).

Como afirma Araújo e Giugliani (2014), é nítido que a maioria das escolas brasileiras ainda não implantaram de fato em seu currículo escolar a história e cultura afro-brasileira como garante a lei 10639/03. Pois existe uma ideia que no Brasil não existe racismo, somos o paraíso da miscigenação e está falsa ideia acaba gerando esta anulação de se implantar a ensino da história e da cultura afro-brasileira de maneira interdisciplinar nas escolas como se ensina o eurocentrismo. Permanecendo nas escolas apenas em ações pontuais, superficiais em relação ao negro e a África, com temáticas em datas comemorativas como: 13 de maio e 20 de novembro anulando a diversidade étnica, cultural e racial brasileira.

Como argumenta Araújo Moraes (2013), a escola precisa se libertar das amarras do colonizador, deste ensino unilateral que retrata apenas o eurocentrismo e induz a monocultura, anulando a diversidade e reforçando a mordada da colonização. Sendo um grande desafio reformular a educação escolar, mas que é de suma importância e crucial acabarmos com o perigo da história única.

Este é um desafio lançado para as escolas, professores também afirmados por Paixão (2006, p.18) “o enfrentamento das questões derivadas das relações étnicas e raciais encontra-se, certamente, entre os maiores desafios do século XXI”. Ou seja, é nítido o a desafio de reformular a educação brasileira que se fundamentou de ideologias de supremacia e de total exclusividade de uma história de uma elite branca pautada no eurocentrismo, e que agora tem que ser contestada. Vários autores que criticam o modelo educacional brasileiro abrem questionamentos em relação a nossa educação engessada e presa em ideologias de supremacia, mas que se deve reconfigurar e ensinar a valorização das diferenças. Pois a diferença transformada em desigualdade é a principal base do preconceito.

Em linhas gerais, se não educarmos as crianças e jovens que a diferença é algo bom e positivo nunca eliminaremos o preconceito e racismo tão evidente em nossa sociedade e repassado na educação, que infelizmente em pleno século XXI ainda se baseia em um molde que não representa a nossa sociedade, esta diversidade étnica não pode ser repassada de maneira limitada, fora de contexto ou censurada e ignorada pela escola.

## 2.2 A Lei 10.639/3: entre o racismo e a democracia racial brasileira.

Por outro lado, a perspectiva de um Brasil “de braços abertos” compôs-se no “mito da democracia racial”, segundo o qual mesmo aqueles que não tivessem integrado diretamente processos de miscigenação seriam igualmente aceitos e valorizados. Assim, discriminações praticadas com base em diferenças ficam ocultas sob o manto de uma igualdade que não se efetiva. O acobertamento de práticas discriminatórias empurrou para uma zona de sombra a vivência do sofrimento e da exclusão, na sociedade em geral (BRASIL, 2000, p. 30).

Segundo Gomes (2011), A lei Federal 10.639, sancionada em janeiro de 2003, no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é uma resposta às pressões do movimento negro brasileiro, que luta por uma educação igualitária e de combate ao racismo e o preconceito ao negro brasileiro, uma forma de resgatar e valorizar a cultura e história deste povo que foi negligenciado tanto pelos governos quanto pelo sistema educacional brasileiro.

Neste âmbito, Araújo e Giugliani (2014), afirmam que um dos entraves para efetivação da lei 10.639/03 é a falta de conhecimento pedagógico dos gestores, coordenadores e professores em relação à diversidade étnico-racial e a falta de cobrança da sociedade civil. Pois, o que se tem presenciado na educação brasileira são práticas pedagógicas que se recusam a discutir esta problemática e mostrar que a diferença não é algo negativo e sim complementar para a nossa diversidade.

Esta passividade e herança de uma educação colonizada que naturalizou a anulação da história e da cultura afro-brasileira na sociedade e nas escolas, pois durante todo processo histórico brasileiro o africano foi excluído e várias tentativas de apagar o negro foram construídas como: o Índio foi símbolo de nacionalidade no período da independência e com a teoria do branqueamento da população, tese defendida no início do século XX entre intelectuais como João Baptista de Lacerda.

Como afirma Gomes 2011:

A lei e as diretrizes entram em confronto com as práticas e com o imaginário racial presentes na estrutura e no funcionamento da educação brasileira, tais como o mito da democracia racial, o racismo ambíguo, a ideologia do branqueamento e naturalização das desigualdades sociais (GOMES,2011, p.116).

Parafraseando Araújo e Giugliani a escola se configura como um lugar onde se produzem e reproduzem as desigualdades sociais e raciais. Esta desigualdade foi reforçada na educação escolar que durante todo o processo de aprendizagem diversos fatos importantes foram omitidos e descontextualizados. A colonização e seus efeitos desastrosos foram naturalizados ocasionando uma formação equivocada e colonizada.

Como afirma Gomes (2011), a imposição destes conteúdos embasados em uma lei federal, quebra o mito histórico e social da democracia racial brasileira, e evidencia fatos históricos omitidos. É incontestável que o Brasil obteve muito lucro e se constituiu como nação, financiado com a prática da escravidão dos africanos por mais de 400 anos. Agora é o papel da educação imposta em lei acabar com esta história descontextualizada, relatando a importância do afrodescendente em nossa construção social e agregar valores positivos para fortalecer à identidade e acabar com preconceito e o racismo.

Neste sentido, para Araújo e Giugliani (2014), é notório que a grande dificuldade de implantar no currículo escolar o ensino da história e cultura afrobrasileira além do descaso de alguns diretores, coordenadores e secretarias de educação municipal e estadual é a falta de capacitação e de conscientização dos professores, que argumentam a falta de material didático. Fato este que reforça o modelo de ensino colonizado e a negligência tanto da sociedade civil quanto dos governantes e gestores em relação à implantação a lei 10.639/3 nas escolas.

A diversidade étnico racial brasileira não está sendo implantados em sua totalidade, os negros continuam associados à escravidão, inferioridade e lembrados de maneira folclóricas em datas comemorativas que não são contextualizadas na qual os estudantes e a sociedade não conhecem o fato histórico completo, causando assim a permanência dos estigmas.

### 2.3 O ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas do distrito de Vazantes

Tratar da diversidade cultural, reconhecendo-a e valorizando-a, e da superação das discriminações é atuar sobre um dos mecanismos de exclusão- tarefa necessária, ainda que insuficiente, para caminhar na direção da sociedade mais plenamente democrática. É um imperativo do trabalho educativo voltado para a cidadania, uma vez que tanto a desvalorização cultural – traço bem característico do país colonizado - quanto à discriminação são entraves à plenitude da cidadania para todos; portanto, para a própria nação. (BRASIL, 2000, p. 21)

Como destaca Oliveira (2007), “uma imagem de negro (‘preto’) como um ser que “vale menos”, que tem “direito” a “menos”, que “é menos” do que aquele que não o é. Uma imagem que permeia a relação entre os alunos e que configura formas de relação entre “não-

pretos” e “pretos” em que, muitas vezes, os primeiros se colocam incondicionalmente acima dos segundos e fazem de tudo para marcar esta “diferença que desvaloriza” este comportamento embasado pelo pensamento racista que mesmo disfarçado ainda é atuante nas escolas, a cor é determinante para desvalorizar o indivíduo.

Assim sendo, na visão de Munanga (2005), é fundamental a valorização da cultura afro nas escolas não somente para o negro mais para todas as etnias e principalmente os brancos, que receberam uma educação envenenada pelo preconceito afetando ambos de maneira negativa e que agora se trabalhando a diversidade étnica racial nas escolas, poderá construir uma sociedade livre de preconceitos velados.

A partir deste contexto é nítido que os maiores prejudicados são os afrodescendentes que sofrem os estigmas criados pela sociedade e afirmados na educação escolar causando uma inferioridade e negação de se próprio, absorvendo a ideologia racista e tentando se camuflar e se distanciar de seu passado sua etnicidade e descendência. Por não encontra valores positivos em si. A “abolição” da escravatura no Brasil foi apenas um ato que mudou as relações comerciais e não a mentalidade do povo brasileiro.

O desafio da implantação da lei 10,639/3 nas escolas é uma forma de quebrar correntes históricas e ideológicas construídas no Brasil ainda está evidente recontar esta história é afirmar a crueldade e injustiça que se cometeu com afrodescendente brasileiro, um contexto montado para naturalizar a escravidão e garantir a manutenção de privilégios e segregação que fundamenta esta superioridade racial ainda evidente causadora de grandes danos ao negro.

Como ressalta Silva, Ana (2010, p.55) “reconhecer o passado histórico e a cultura dos diversos povos é um passo importante para o acolhimento das diferenças, no sentido de permitir uma participação ativa desses povos nos bens econômicos e de prestígio, na nação onde estão situados”, ou seja, mostra que a formação do Brasil se deu não apenas por uma única “etnia” a do colonizador, que está sempre de maneira privilegiada e reconhecida pelos feitos positivos anulando os povos que deram base para sustentação desta nação no caso os africanos e seus descendentes.

Trazer para sala de aula o ensino da história e da cultura afro-brasileira é dar voz a estes que foram excluídos historicamente, um fator importante para construção de: um protagonismo ao afro-brasileiro que deixará de ser não apenas um figurante dos livros de história. Mas para transforma esta realidade é necessário que as escolas deixem a sua

parcialidade e desenvolvam em seus currículos a cultura e história dos grupos étnicos raciais, para que os estudantes possam se tornar cidadãos críticos e humanizados como defende (ARAÚJO e GIUGLIANI, 2014).

Para Gomes (2003, p.71) “a luta pelo o direito e pelo reconhecimento das diferenças não pode se dá de forma separada e isolada e nem resultar em práticas culturais, políticas e pedagógicas solidarias e excludentes” não podemos, mas abordar este tema de maneira superficial e folclórica nas escolas. Precisamos trabalhar de maneira ampla e continua. Ou seja, só assim o negro ficara verdadeiramente liberto da escravidão e sairá deste personagem histórico marcado de estigmas e de preconceitos.

A necessidade de reescrever a História nas diversas áreas do conhecimento é de extrema importância, principalmente para desmitificar o mito de que o Brasil, por ser um país de grande miscigenação, não tem problemas raciais como sempre se observa por meio de educadores internacionais (CAVALLEIRO, 2001, p. 33).

#### 2.4 A implantação da Lei 10.639/3 nas escolas publicas do distrito de Vazantes –Aracoiaba - Ce.

De acordo com a pesquisa de campo realizada nas escolas da rede pública municipal e estadual no distrito de Vazantes, Aracoiaba – CE. Foi diagnosticado que os gestores têm o conhecimento da lei 10.639/3 e a importância da mesma para a educação e a transformação no meio social, destacando os movimentos e projetos desenvolvidos pelas escolas para se trabalhar o combate ao racismo o preconceito e a discriminação.

Na escola municipal Capitão Antônio Joaquim (EMCAJ), mesmo com a falta de material didático para se trabalhar o ensino da história e da cultura afro-brasileira é ensinada, a gestão juntamente com os professores e por iniciativa própria trabalham estes temas em suas disciplinas fundamentados pela coletânea de livros: construindo valores, enviados pela secretaria municipal de educação.

Também elaboraram juntamente com professor de história Deuzenir Brasil, o projeto: a cor da pele vale mais, que realiza atividades com: ações culturais, documentários, filmes e exposições para relatar a diversidade cultural e étnica brasileira e quebra a monocultura no ensino, trazendo a valorização do povo africano para construção de nossa sociedade destacando seu legado e marcas culturais deixadas como a comida, a dança, o samba e a capoeira e inúmeras práticas que são traços fortes da nossa cultura e da identidade nacional.

A escola está trabalhando para tornar o ensino mais humanizado e principalmente fortalecer diversidade étnica brasileira trazendo valores positivos e importantes para construção de nosso país. Procurando sempre enaltecer as diferenças de forma positiva e igualitária, para combater o racismo o preconceito e melhorar o ambiente escolar. Para que seus alunos tenham consciência de seu valor garantindo uma inclusão de todos independentemente de cor, classe social e gênero.

Na escola estadual João Alves Moreira (EJAM), também são realizadas ações educacionais na grade curricular para se trabalhar a diversidade étnica brasileira, a escola dispõe de uma vasta e diversificada bibliografia para que os professores tenham base para prepara estes conteúdos em suas disciplinas na área de ciências humanas.

A escola Implantou o projeto: Uma ação da cor da pele, onde são desenvolvidas oficinas temáticas e culturais para explorar e construir valores para a história dos afrobrasileiros, com a participação e inclusão de universitários vindos de projetos de extensão da Unilab. A escola abre parcerias para fortalecer e ajudar a implantar a diversidade e eliminar o preconceito e racismo.

A coordenadora pedagógica Gessyanne Viana, procura incluir nas disciplinas como: história, sociologia e geografia o protagonismo e a importância do povo africano na construção do Brasil, o seu legado indispensável para a construção da identidade brasileiras como a cultura, dança, música e culinária tão marcantes em nossa sociedade e contextualizar os fatos e a realidade social do negro de forma crítica para eliminar os estigmas e garantir a valorização deste povo.

É função da escola, procurar trazer um ensino crítico e de desconstrução de hierarquias preconceitos e evitar a discriminação e atos que incentivem o racismo e a exclusão de qualquer aluno, um ensino humanizado que ajude a derrubar os muros do preconceito e da intolerância, atos tão evidentes no meio social. É um desafio que vale a pena, pois transforma ambas as partes deste processo de ensino que é a escola, uma grande formadora de pensamento e de transformação.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1 Métodos de pesquisa

Os métodos de pesquisa utilizados neste projeto foram fundamentados no livro - pesquisa qualitativa com texto, imagem e som (BAUER e GASQUELL), este trabalho possui em sua metodologia uma abordagem qualitativa, ou seja, é um método de investigação científica, mas subjetiva para análise da problemática, que possui além do estudo bibliográfico a pesquisa etnográfica, realizado trabalho de campo nas escolas do distrito de Vazantes - Ce. Com fins descritivos em relação à implantação da lei 10.639/03 nas escolas.

Durante a minha pesquisa nas escolas não encontrei limitações para trabalhar a temática ou algo que atrapalhasse ou prejudicasse o meu objetivo como pesquisador. Pelo contrário, em relação aos gestores e coordenadores tive total liberdade e acolhida para discutirmos o assunto. Não houve nem uma oposição às perguntas ou a coleta de informações.

Obtive por meio de entrevista uma ótima relação com os entrevistados da pesquisa: Diretores, coordenadores, professores e alunos, foi um trabalho muito especial e que me surpreendeu de forma positiva, pois não tive nem uma limitação e pude como pesquisador vivenciar uma relação direta com objeto de pesquisa no caso as escolas. Um fator importante para que eu tivesse uma visão real e complementar para relacionar com minha pesquisa bibliográfica e realizar um projeto amplo.

#### 3.2. Técnica de coleta de dados

Foram realizadas além de pesquisa etnográfica, entrevistas Individuais aprofundadas baseadas no modelo da teoria fundamentada (Grounded Theory – Glaser & Strauss, 1967) onde foram formulados tópicos guia e escolhido intencionalmente os entrevistados. No caso diretores, coordenadores pedagógicos e estudantes em relação à implantação da lei 10.639/03, este esquema de entrevista estruturada e é importante para evitar a perda de tempo com perguntas inadequadas e um melhor desempenho no objetivo da coleta de dados sem perda do foco. Como afirma Glaser & Strauss (1967) e também uma fiscalização em relação a material didático disponível nas bibliotecas em relação à história e cultura afro-brasileira.



### 3.2.1 Limitações da pesquisa (desafios encontrados na elaboração da pesquisa)

Trabalhar esta temática é algo muito desafiador em uma sociedade onde se tem um alto grau de racismo e de preconceito, e principalmente a questão do pouco tempo para elaborar o projeto e também adentrar estas questões nas escolas foi algo que me deu bastante preocupação. Pois, a pesquisa de campo, objetiva fiscalizar e verificar se as escolas constavam em seu currículo o ensino da história e da cultura afro-brasileira como garante a lei 10.639/03 e se as mesmas obtinham material didático para trabalhar esta temática com professores e alunos. Sendo uma situação constrangedora e que causa muita apreensão. Mas por outro lado, é muito importante fazer esta “fiscalização” e ver se as escolas do meu distrito onde estudei todo meu ensino fundamental e médio estavam contribuindo para a transformação da educação pública.

#### 4. RESULTADOS ESPERADOS

Em relação às informações e aos dados coletados nesta pesquisa de campo nas escolas públicas da rede municipal e estadual no distrito de Vazantes, Aracoiaba - Ce , fica evidente o desempenho dos gestores em trabalharem a implantação da 10.639/03 e mesmo com suas limitações tentam desenvolver uma transformação no ensino, pois estão engajados em mudar a ausência das diversidades culturais no ensino para transformação da escola e da sociedade. Desenvolvendo ações pedagógicas e culturais para destacar a diversidade histórica e cultural brasileira e acabar com os estigmas e preconceitos que sofrem a comunidade negra, resgatando a história e valorizando a música, dança, comida e estereótipos é uma forma de criar igualdade e reconstruir a etnicidade do afro brasileiro.

Culturas que destacam a diversidade cultural brasileira e o importante legado deixado pelos africanos em nossa sociedade. Ações que tem melhorado o âmbito escolar e ajudado a valorizar e aceitar as diferenças, transformações que tem ajudado a escola a evitar evasão escolar e exclusão de alunos, combatendo o racismo. Em relação aos materiais didáticos da escola municipal Capitão Antônio Joaquim, é nítido a precariedade e a falta de investimento da secretaria de educação do município de Aracoiaba-Ce, pois a escola não dispõe de uma bibliografia diversificada e infelizmente obtém apenas uma coletânea limitada para se trabalhar a vasta e ampla história e cultura afro-brasileira, não existe uma formação pedagógica para os gestores e professores oferecida pela secretaria de educação para se trabalhar este tema na escola uma nítida negligencia da secretaria em relação a implantação da lei 10.639/03 nas escolas de ensino fundamental da rede municipal.

A gestão juntamente com os professores implantam por iniciativa própria o ensino da história de da cultura afro brasileira na escola desde a creche até o último ano do ensino fundamental, com ações interdisciplinares que vão desde projetos culturais até ações sociais de valorização e de igualdade para combater qualquer tipo o preconceito e discriminação na escola. Trabalhando com projetos de capoeira e maracatu com o apoio da fundação Fé e alegria no Brasil, desenvolvem ações para inclusão dos alunos nestes projetos combatendo a discriminação e o preconceito através da educação.

Realidade também encontrada na escola estadual João Alves Moreira, na qual são desenvolvidas ações para implantar o ensino da história e da cultura afro-brasileira para seus alunos, com projetos desenvolvidos pela coordenação pedagógica na área de humanas com o projeto intitulado por: Uma ação da cor da pele, que resgata a história do afro brasileiro

destaca o seu legado e importância social, econômica e cultural para o nosso país. Onde se trabalha com todos as series e tem grande participação dos educandos.

Além de projetos a escola dispõe de uma vasta bibliografia com livros didáticos em nível de universidade, uma biblioteca bem diversificada com livros didáticos e também de literatura africana, sendo essencial para preparação dos professores e para escolha e estudo dos temas que serão trabalhados nas disciplinas em sala de aula. Ou seja, a escola está bem equipada e dispõe de material didático disponibilizado pelo MEC, e pela secretaria de Educação do estado e de fundações também, que ajudam na formação dos professores e no aprendizado dos alunos.

Os resultados obtidos na construção deste projeto de pesquisa de modo geral são bastante positivos e determinantes para transformação do ensino nas escolas do distrito de vazantes, Aracoiaba – Ce. É notório o empenho das gestões em melhorar o ensino e implantar a cultura afro-brasileira na escola, mesmo com todas as dificuldades e desafios a semente está sendo plantada e as mudanças estão acontecendo.

Claro que ainda se tem muito a fazer mais o principal foi encontrado, o compromisso e a dedicação dos gestores e professores em mudar a realidade das pessoas que sofrem preconceito e discriminação. Valorizando as diferenças e dando protagonismo aos que foram durante muitos anos excluídos da história, é um avanço, mas que não se deve estacionar, pois está longe muito longe de se alcançar o desejado. Mas o primeiro passo foi dado.

## 5. IMPRESSÕES DE PESQUISA

Diante de tudo que foi exposto neste trabalho é notório o desafio das escolas em implantarem em seu currículo escolar o ensino da história e cultura africana. Já que herdamos um ensino colonizado e eurocêntrico que perpetua há tantos anos em nossa sociedade, os livros didáticos não foram produzidos para que se educasse para eliminar as ideologias dos colonizadores, mas para que permanecessem fortes e evidentes, já que em nossa sociedade o povo africano foi ignorado e sempre retratado de maneira inferior criando estigmas e preconceitos aos afrobrasileiros, fomos o último país do mundo a abolir a escravidão africana, nossos governantes juntamente com a burguesia tentaram perpetuar esta prática lucrativa que financiou a construção do estado brasileiro.

Um Brasil extremamente racista, que implantou teorias de branqueamento e defendeu até o início do século XX estas teorias de supremacia racial e de negação a tudo que está ligado a África. Apoiadas pelo estado estas práticas trouxeram grandes danos aos negros que estão visíveis tanto na classificação social quanto no psicológico do mesmo, sua história foi escondida e retratada de maneira mínima e discriminatória o cidadão brasileiro não tem descendência africana, não se reconhece nem se afirmar como tal. O racismo transformou sociedade brasileira e cobriu esta realidade com a falsa “democracia racial” uma máscara que esconde os atos preconceituosos e racistas que excluem os negros de uma igualdade e mantém os mesmo em uma escala tal como no período da escravidão, sempre ocupando os espaços de subordinação e servidão aos brancos, com os menores salários, menores oportunidades e vítimas de atos preconceituosos e de discriminação.

Esta é uma ideologia ainda bastante viva no inconsciente dos brasileiros e muitas vezes causa uma negação e não se trabalha nas escolas a implantação do que se impõe a lei 10.639/03, pelos argumentos desta falsa democracia racial e de um racismo agora sutil e velado onde ninguém é racista, mas não aceita o destaque e o protagonismo do negro. Antes da lei não era necessário falar sobre as relações étnicas e raciais isto era ignorado e anulado na educação. Graças aos movimentos negros, movimentos sociais e governos de minorias intitulados como governo de esquerda estas questões estão vindo à tona e leis foram sancionadas para que haja esta retratação histórica onde negros e também aos índios que foram excluídos.

É necessário que as escolas trabalhem estas temáticas e eduquem de maneira livre e democrática seus alunos sem distinção ou exclusão de qualquer história ou cultura, visto que poucos gestores obedecem à implantação da lei ou fazem apenas fatos isolados e descontextualizados da história em datas comemorativas, gerando ainda mais estigmas e preconceitos aos afro-brasileiros. É necessária esta conscientização dos gestores e da sociedade civil em geral em cobrar esta implantação já que hoje infelizmente fica a critério cada um. Vivemos em um país onde não se respeita as leis e nem mesmo temos uma fiscalização para garantir a efetivação da mesma.

No contexto onde a pesquisa de campo foi realizada é otimista a minha percepção como pesquisador já que as escolas implantaram estes assuntos de maneira pessoal uma consciência própria não apenas por uma imposição da lei, já que os mesmos não são obrigados pelas secretarias do município e do estado a implantar esta temática no currículo escolar aos alunos. Mesmo que de maneira insuficiente, pois o ensino da histórica e cultura afro-brasileira não está diariamente retratada de forma interdisciplinar, observo que esses temas em relação à África e aos negros são retratados ainda de maneira folclórica com prazos determinados ou ações superficiais já que muitos alunos não conseguem contextualizar os fatos do passado com a construção social atual, existe um aprendizado pessoal de vários alunos. E até mesmo um desconhecimento da lei e de várias questões sociais que estão relacionadas ao passado histórico do afro-brasileiro. Mas que sem dúvidas estão tentando encaixar este novo desafio na escola.

Fico muito incomodado com o descaso e desrespeito das secretarias de educação em não tornarem a implantação da lei 10.639/03 uma realidade nas escolas, já que não há uma fiscalização e uma cobrança para a mesma, ficando apenas a critério dos diretores e gestores escolares. Abrindo uma grande possibilidade para que esta lei seja desrespeitada e se anule o ensino das questões étnicas e raciais na escola. A falta de formação para os professores e de envio de material didático no caso a escola da rede municipal já que os gestores nunca receberam os materiais fornecidos pelo MEC, resultado da falta de compromisso da gestão pública e de desvalorização as questões de tudo que está relacionado a história e cultura africana.

## 6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Jurandir de Almeida & GIUGLIANI, Beatriz – **Por uma educação das relações étnico – raciais**. Revista de educação ciência e tecnologia, canoas, v.3, n.1,2014.

ARAUJO, Jurandir de Almeida. **Educação, Desigualdade e diversidade: os grupos menos favorecidos frente ao sistema escolar brasileiro**. Revista da ABPN, v.4, n.8, p. 114-125, jul/out.,2012.

ARAUJO, Jurandir de Almeida; MORAIS, Rossival Sampaio. **Ressignificando a história e a cultura africana e afro-brasileira na escola**. Artíficos, v.3, n.6, p.01-14, dez,2013.

ARRUDA, J.B. de. **Livro temático 1; Africanidades e Brasilidades: Sabores, sabores e fazeres**. João Pessoa: Dinâmica editora, Ltda – 2007.

BARBOSA, W.do N. **O problema do negro na história do Brasil – Volume1**. SP: 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais da educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacaodas-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>>. Acesso em: 14 de setembro de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e Orientação sexual**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000

CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e Anti-Racismo na educação: Repensando nossa Escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil (1917-1945)**. Trad. Claudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

GOMES, N. L. **Educação e diversidade étnico-cultural**. In: RAMOS, M. N.; ADÃO, J. M.; BARROS, G. M. N.. **Diversidade na educação: reflexões e experiências**. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003. p. 67-76.

Martin W. Bauer, George Gaskell. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual pratico I**; Petrópolis, RJ : Vozes, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. SECRETARIA DO CEAD. **Educação Africanidades Brasil**. Brasil. 2006.

MUNANGA, Kabengele (org). **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC,2005.

OLIVEIRA, Carlos Adriano da Silva & SANTOS, Dyane Brito Reis – **Negro/a, Eu? Representações sociais, correntes, gritos e o refúgio da dor**. Tópicos educacionais, n.1, jan/jun.2014.

OLIVERA, Ivone Martins de. **Preconceito e Autoconceito: Identidade e Interação na sala de aula**. São Paulo: Papyrus, 2007.

PAIXÃO, Marcelo. **Manifesto Antirracista: Ideias em prol de uma utopia chamada Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A; LPP / UERJ, 2006.

SILVA, Ana Célia. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático**. 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2010.

## 7. ANEXOS

Foram realizadas as seguintes perguntas aos diretores e coordenadores:

1. Vocês como gestores, tem o conhecimento da lei 10.639/3?
2. A escola dispõe de material didático fornecido pelo MEC para trabalhar esta temática?
3. Qual a dificuldade da gestão para implantação do ensino da história e da cultura afro-brasileira no currículo escolar?
4. Qual a importância de se trabalhar o racismo e a construção das identidades étnico raciais na formação dos alunos?
5. Houve alguma mudança de comportamento dos alunos com a implantação da temática?

Foram realizadas as seguintes perguntas aos professores:

1. Como educador diante de um ato racista em sala de aula como brincadeiras discriminatórias, como você reage?
2. Você aborda com seus alunos questões como: racismo, preconceito e diversidade étnica?
3. Qual a importância de se trabalhar o racismo e a construção das identidades étnico raciais na formação dos alunos?
4. Você sofre resistência para implantar estes assuntos em sala?
5. Você tem conhecimento da lei 10.639/3? O que ela diz?

Foram realizadas as seguintes perguntas aos alunos:

1. O que é o racismo?
2. Qual a sua cor?
3. Ainda há racismo no Brasil?
4. Porque os negros sofrem racismo? e qual a causa deste preconceito?
5. Vocês já sofrem racismo na escola ou na sociedade?
6. Vocês estudam sobre a cultura africana na sala de aula?



7. Porque vocês acham que na TV o negro raramente tem um papel de destaque ou de protagonista? porque sempre os brancos são os principais e os negros não?
8. Porque as princesas da Disney são brancas? as bonecas consideradas lindas são brancas?
9. Porque as meninas e meninos que tem cabelo afro fazem alisamento?
10. Alguém tem boneca negra em casa ou já viu alguma?
11. Porque na periferia e favelas das grandes cidades a maioria dos moradores são negros?
12. Vocês têm conhecimento da lei 10.639/3? O que ela diz?
13. Vocês acham importante discutir estes assuntos na escola?

Estas perguntas foram elaboradas com a finalidade de obter um comparativo entre os entrevistados e relacionar os dados para diagnosticar qual o grau de entendimento deles em relação ao racismo, preconceito, discriminação e educação eurocêntrica e principalmente o conhecimento da lei 10,639/03 e a sua importância para a educação e o meio social. Ouvindo a escola como um todo para saber se as informações e o trabalho eram realizados de forma ampla e evitar conclusões limitadas e contradições.



**Escola Municipal Capitão Antônio Joaquim (EMCAJ)**



**Marcos Maia (Diretor)**

**Glaucilene Ferreira (Coordenadora)**



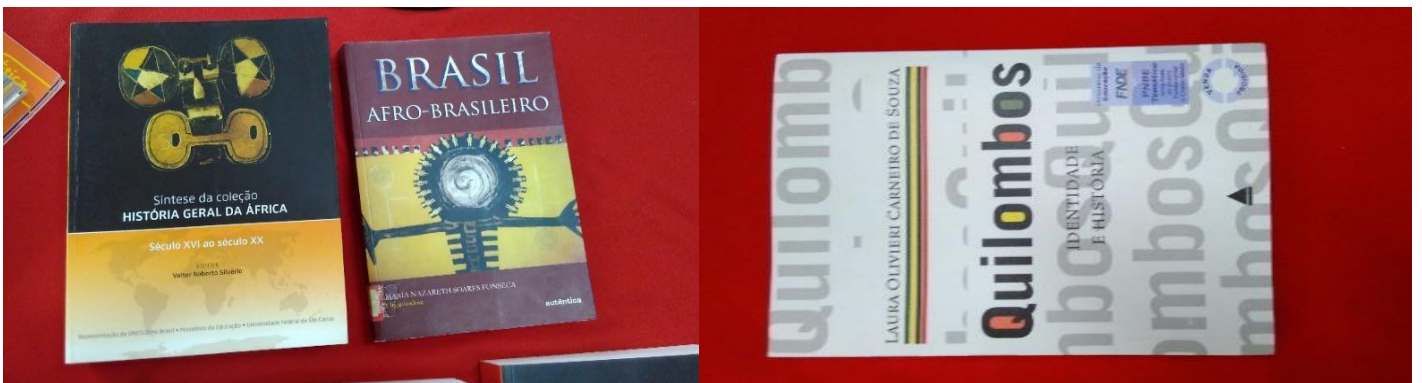
**Bibliografia da escola EMCAJ sobre a História e cultura Afro-brasileira**

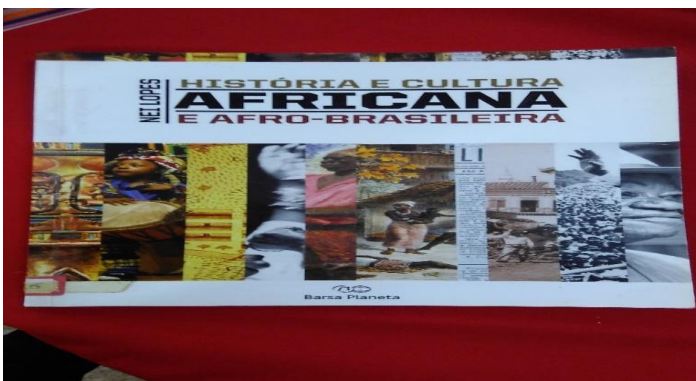
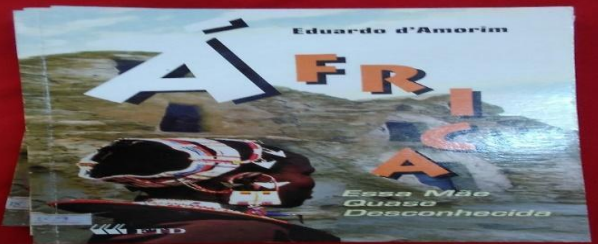
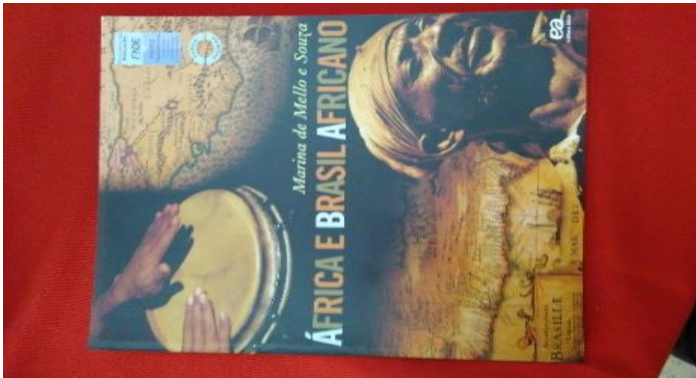
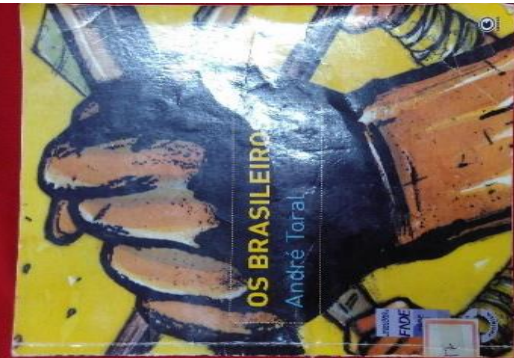
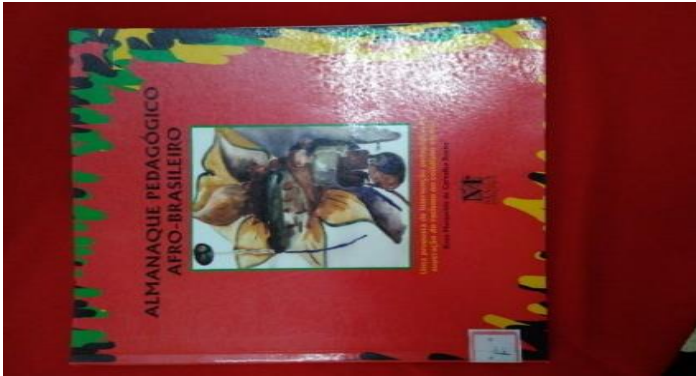
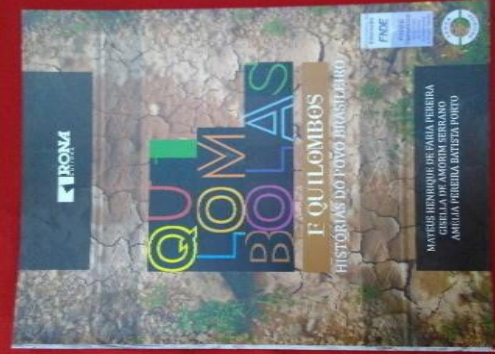
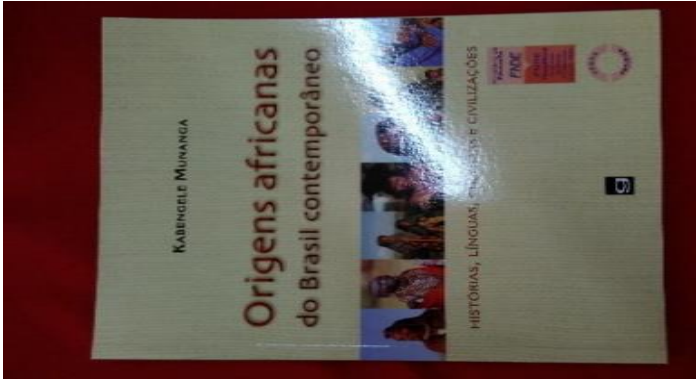


**Deuzenir Brasil (Professor de História e responsável pelo projeto África)**



Biblioteca da escola estadual João Alves Moreira (EJAM) – Vazantes





**Bibliografia disponível sobre a História e cultura Afro-brasileira.**



**Aurélio Dias (Diretor da escola estadual EJAM)**



**Alunos do Ensino médio**



**Gessyanne Viana (Prof. e Coordenadora Pedagógica)**



**Alunos do Ensino médio**

**Projeto Construindo Valores**

**Escola Municipal Capitão Antônio Joaquim.**





**Projeto uma Ação da cor da pele**  
**Escola estadual João Alves Moreira.**





